

SUBJETIVIDADE MODERNA

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI¹

Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento

Campinas - SP

No ensaio sobre Narciso e o autoconhecimento (Guilhardi, 2011), apresentamos alguns conceitos sobre a gênese da subjetividade e da consciência. Para os leitores familiarizados com o Behaviorismo Radical (de Skinner), tal modelo de construção da subjetividade não apresenta grande novidade. Convém ressaltar, no entanto, que a proposta sistematizada por Skinner é profundamente revolucionária e se distingue dos modelos mentalistas – de onde surgiram os conceitos subjetividade e consciência – ainda hoje adotados e amplamente difundidos na Cultura Ocidental. A fim de justificar nosso argumento, destaquei trechos de uma resenha literária recentemente publicada no jornal *Folha de São Paulo*, conforme se segue.

Vladimir Safatle² acolheu com boas vindas a publicação no Brasil, pela Editora Penguin-Companhia, de uma nova tradução do livro *Os Ensaios* de Montaigne (francês, 1533-1592). Achei interessante a análise que o crítico fez do livro, pois apresentou em poucas linhas a visão ainda dominante entre nós da subjetividade. Transcrevo os trechos mais relevantes:

“A constituição da subjetividade moderna tem uma longa pré-história.

Antes de Descartes (1596-1650), de Locke (1632-1704), vários foram os momentos em que aquilo que compreendemos atualmente por ‘consciência’ (enquanto fundamento de nossa identidade) pareceu querer ganhar corpo. Certamente, uma das bases deste impulso encontra-se neste estranho desejo de tomar a palavra para simplesmente ‘falar de si’.

Este falar de si não pode ser compreendido apenas como o ato de organizar a vida a partir de uma narrativa coerente, ato desesperado de produção de sentido a partir da contingência dos acontecimentos.

Na verdade, ele é um modo renovado de descrição do mundo. Modo de descrição através de perspectivas.

Bento Prado Júnior havia identificado bem como este novo modo de apresentação do mundo nascia da construção do discurso da primeira pessoa do singular através de momentos decisivos da filosofia. ‘As Confissões’, de Agostinho (354-430) (e posteriormente de Rousseau); os ‘Ensaios’, de Montaigne (1533-1592); as ‘Meditações’, de Descartes; os ‘Pensamentos’, de Pascal (1623-1662); todos estes são exemplos da maneira como a subjetividade moderna só foi capaz de aparecer

¹ Janeiro/2011.

² *Folha de São Paulo*, caderno Ilustrada, p. E5, de 1º de janeiro de 2011.

graças à consolidação de uma nova modalidade de discurso onde o mundo passa pelo interior do ‘si mesmo’.

Vejamos, por exemplo, o que diz Montaigne. Ao escrever os ‘Ensaio’, afirma o autor: ‘Não me propus outro fim além do doméstico e privado’, ‘Sou eu mesmo a matéria do meu livro’. Se fosse permitido: ‘Teria com muito gosto me pintado por inteiro e totalmente nu’. Mas o que mostra este ‘eu mesmo’ impulsionado pelo desejo de desnudamento?’

Alguns comentários meus. Em primeiro lugar, note como há importante valorização dos autores que escreveram textos subjetivos. Todos os autores citados ocupam lugar de altíssimo destaque na Cultura Ocidental. É forte evidência de que ela disponibiliza reforços sociais generalizados para a emissão de tais classes comportamentais: escrever sobre o mundo subjetivo e falar sobre ele, basicamente. Em última análise, enaltecer o discurso subjetivo é valorizar a crença amplamente difundida de que existe uma entidade (em geral chamada de mente, eu interior...) própria da natureza humana (e exclusiva propriedade do Homem) com função causal. Ora, se existe tal entidade interna com função explicativa, o Ser Humano poderia relegar a um plano absolutamente secundário o papel do ambiente.

Em segundo lugar, o autor valoriza a contribuição de Bento Prado Júnior, para quem a subjetividade (“este novo modo de apresentação do mundo”) “nascia da construção do discurso da primeira pessoa do singular, através de momentos decisivos da filosofia.” Tal maneira de identificar a subjetividade é exatamente como estamos acostumados a entendê-la no nosso cotidiano. Ainda mais, frequentemente a identificam com a introspecção. Vejo dois problemas na proposta de Prado Júnior: é um conceito formal, estruturalista, pois basta a presença do pronome “eu” para caracterizar qualquer asserção como subjetiva. É simplista – embora coerente com o modelo mentalista (que, por sinal, também é simplista) –, pois supõe uma mente pronta para se manifestar. Uns – os grandes autores – seriam seres afortunados, exatamente por terem o privilégio de serem dotados de mentes mais iluminadas e mais capazes; outros – os seres anônimos, aqueles não deixaram legados escritos, ou seus legados foram desprezados por um mundo mentalista –, foram incapazes de oferecer contribuições subjetivas. Fica desprezado o problema mais importante, qual seja o de identificar quais foram os determinantes que produziram mentes tão diferenciadas. Ou se supõe determinação indeterminável (por exemplo, um dom divino, um acaso endógeno, sorte...), a qual coloca em questão quais critérios devem ser usados para definir o Ser Humano, ou se supõe que os Seres Humanos são estratificados quanto a suas capacidades intrínsecas (isto é, aquelas que independem de influências ambientais ou biológicas). O Behaviorismo Radical se identifica exatamente por se opor à crença do eu interior causal e por propor a construção ambiental do subjetivo, a partir da ação da comunidade

verbal: o subjetivo é uma construção sócio-verbal, logo o que compete ao estudioso é investigar quais as contingências de reforçamento da história pessoal de cada um e as contingências de reforçamento atuais que levam determinado autor a escrever com o pronome “eu” aquilo que ele escreve, que levam qualquer pessoa a falar com o pronome “eu” aquilo que ela fala. É muito mais complexo buscar os determinantes do comportamento verbal, do que se extasiar com o que é escrito ou dito. Sabe-se que um discurso – mesmo que se inicie com o pronome “eu” – pode ser um comportamento verbal de fuga-esquiva, por exemplo, e não declaração genuína de uma asserção honesta e fidedigna. Que subjetividade é esta, afinal? É pouco esclarecedor reconhecer que uma frase qualquer (“Eu creio em Deus”; “Eu sou honesto”; “Eu aprendi com meus erros” etc. etc) é uma expressão da subjetividade de uma pessoa, quando se desconhece as motivações que a levam a fazer tal asserção: é uma crença genuína? É dita para agradar alguém? É um recurso para fugir de uma punição? É um instrumento para alcançar privilégios? *O pronome eu falsamente autoriza acreditar que o enunciado define o enunciador.* Em outras, é pouco importante a expressão verbal, mesmo quando ela começa pelo *eu* (mera resposta formal); é importante saber como foi determinada e é mantida a expressão verbal (comportamento funcional). Conclui-se, com o exposto, que há evidências que explicam (mas *não justificam*) a permanência do conceito mentalista de subjetividade na nossa Cultura.

As críticas que se pode fazer à subjetividade mentalista, conforme foi proposta no texto de Safatle, são basicamente duas:

1. Os textos são, em geral, classes de comportamentos (portanto a coluna do meio da tríplice contingência), para as quais não são explicitados os controles antecedentes e consequentes. Os textos subjetivos são apresentados como produção brilhante da mente criativa de seus autores. Mesmo quando um determinado depoimento é suscitado por circunstâncias ambientais (“As Confissões”, de Santo Agostinho, é um livro repleto de tais relações), as circunstâncias *não são* os eventos críticos, nem funcionalmente relevantes, mas sim os catalisadores de reflexões e de autodescobertas, as quais são reconhecidas, equivocadamente, como consciência. Do ponto de vista comportamental, tais depoimentos escritos na primeira pessoa seriam *tactos verbais* sob controle de eventos ambientais e de comportamentos e sentimentos de quem se expressa. Como não se tem acesso a uma análise funcional (isto é, aos determinantes de tais *tactos*), deve-se questionar se são *tactos* puros, impuros ou até mesmo *tactos* distorcidos. Em suma, são depoimentos cujas variáveis determinantes não estão determinadas. Logo, são tão somente Literatura!
2. Não há um aprofundamento da origem da subjetividade (vista como um dom, uma iluminação interior – não importando muito o que tal expressão significa –, ou uma centelha do divino), sempre associada à propriedade da natureza

humana, que se manifesta de forma privilegiada em alguns (mas, espantosamente, não em todos) Homens. O Behaviorismo Radical, ao associar a construção do subjetivo às contingências de reforçamento provindas da comunidade verbal, oferece uma alternativa menos charmosa, mas mais promissora. Diminui o valor do indivíduo (não é um privilégio de uma pessoa em particular), acentua a relevância do papel da comunidade verbal, elimina a determinação mágica e atribui ao ambiente uma função causal acessível e manipulável.